

ECONOMIA SOLIDÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DA EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA MOBILIZATÓRIO AO MOMENTO DE INFLEXÃO POLÍTICA

Sandro Pereira da SILVA¹

RESUMO: O objetivo deste texto foi analisar como se deu o processo de formação de uma identidade nacional do movimento de economia solidária no Brasil em torno de um paradigma mobilizatório em defesa do trabalho associado e de relações econômicas não restritas à esfera mercantis. Nesse sentido, buscou-se identificar algumas de suas principais particularidades contextuais, tais como: sua multiplicidade de sujeitos, suas estratégias organizacionais e suas interações políticas. Trata-se de um movimento social plural, composto por identidades distintas, conectadas em torno de princípios comuns de organização econômica e reprodução social. A pesquisa permitiu identificar um repertório com rotinas diversificadas de ação coletiva, e um padrão de interação com o poder público bem ativo, aproveitando-se de oportunidades políticas contextuais importantes, sobretudo com relação a governos permeáveis a essas ideias em suas agendas.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária. Movimentos sociais. Políticas públicas. Repertórios de ação coletiva. Sociologia das ausências e das emergências.

Introdução

Este texto teve como foco o movimento social de economia solidária no Brasil, que apesar de ser difuso e de difícil enquadramento teórico, produziu nos últimos anos uma lógica discursiva que aglutinou uma série de atores volta-

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília – DF – Brasil. Pesquisador. sandro.pereira@ipea.gov.br

dos a construir projetos de desenvolvimento sob perspectivas sociais similares. O objetivo central foi analisar como se deu o processo de formação de uma identidade coletiva nacional e institucionalizada no âmbito da sociedade civil em torno de um novo paradigma mobilizatório, organizado em torno da defesa do trabalho associado e de relações econômicas não restritas à esfera mercantil. Especificamente, buscou-se identificar algumas de suas principais particularidades contextuais, tais como: sua multiplicidade de sujeitos, suas estratégias organizacionais e suas interações políticas.

Em termos de abordagem teórica, optou-se por uma revisão de algumas das principais teorias de movimentos sociais presentes na literatura, no intuito de montar um instrumental conceitual apropriado que permitisse captar a dinâmica mobilizatória do movimento de economia solidária no Brasil, entendendo-o como um fenômeno social contra-hegemônico historicamente contextualizado para a reivindicação de demandas coletivas específicas. A linha argumentativa está ancorada na trajetória de realização das Plenárias Nacionais de Economia Solidária. Nesse sentido, as fontes documentais foram as atas, as sistematizações de trabalhos de grupo, os relatórios finais das plenárias e relatos orais de participantes, que em seu conjunto forneceu um acervo bastante volumoso de informações para a compreensão da complexidade do fenômeno estudado.

O texto está organizado em 5 seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, são apresentadas algumas orientações teóricas no campo de estudo sobre movimentos sociais e seus principais conceitos utilizados nesta pesquisa. Na seção 3, discute-se brevemente as principais características contextuais e identitárias que permitem classificar economia solidária como um paradigma de mobilização social. A seção 4 aborda mais diretamente a trajetória de formação do movimento de economia solidária no Brasil, a partir dos processos de construção de suas Plenárias Nacionais. Por fim, são tecidas algumas considerações conclusivas.

Perspectivas teóricas sobre movimentos sociais

A temática dos movimentos sociais foi bastante explorada pelas ciências humanas ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade. De início, esteve muito atrelada aos conflitos derivados da relação capital-trabalho, com destaque para a mobilização operária em organizações sindicais. Com o tempo foram sendo agregados novos elementos de análise, diversificando o escopo empírico para a abordagem conceitual, o que propiciou o surgimento de diferentes vertentes explicativas e linhas de pesquisa sobre as lógicas que determinam

o comportamento coletivo (GOHN, 1997). Vale destacar algumas teorias que alcançaram bastante popularidade entre estudiosos do campo

A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) parte da avaliação de que um movimento social segue as mesmas regras de qualquer outra organização, como partidos políticos e até mesmo grandes corporações. Seus teóricos se ancoram em uma abordagem utilitarista, onde se privilegia a racionalidade individual em detrimento do conteúdo ideológico e de valores subjetivos na formação de agrupamentos sociais para a ação coletiva. Sob tal perspectiva, o único fator relevante na análise da ação coletiva, sem o qual esta não se viabilizaria, é a presença de recursos: materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização (coordenação entre indivíduos). De porte de uma maior estrutura de recursos, os movimentos sociais possuem mais capacidade de proporcionar a seus integrantes o acesso aos meios que satisfazem seus interesses, o que permite uma ligação mais duradora entre indivíduos e suas respectivas organizações. No entanto, sua longevidade estaria condicionada à capacidade de concorrer com outros movimentos que se formam em torno de um mesmo tema, iniciando um ambiente de disputa pelo controle da representação popular na mesma lógica que ocorre em outros mercados (NUNES, 2014).

Em virtude de críticas ao caráter excessivamente individualista e de natureza micro-organizacional da TMR, outras teorias ganharam destaque. Uma delas foi a Teoria do Processo Político (TPP). Em uma abordagem comparativa, a partir de casos (movimentos por reformas) na Europa e nos Estados Unidos, a TPP baseia-se na construção de “[...] uma sociologia política histórica, que combina tradições e cuja ambição é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente.” (ALONSO, 2009, p.55).

Nessa construção emerge todo o arcabouço conceitual para a operacionalização analítica dos movimentos sociais. Um dos conceitos é de “estrutura de oportunidades políticas” (EOP) (TILLY, 1978; TARROW, 2005). As EOPs indicam as dimensões do ambiente político que possibilitam maior grau de permeabilidade das instituições, possibilitando que grupos sociais mobilizados consigam interferir diretamente em processos de mudança ou inclusão de novos temas na agenda pública. Para isso, a expressão de suas reivindicações sob distintas estratégias são definidas de acordo com as oportunidades e ameaças que determinam os contextos nos quais eles se inserem.

Outros dois conceitos são considerados fundamentais no instrumental teórico da TPP, inserindo a dimensão cultural nessa perspectiva de análise. O primeiro é o de “repertórios de ação coletiva”, desenvolvido por Charles Tilly (1978) para identificar as táticas de mobilização social que as organizações assu-

mem. Os repertórios consistem em técnicas convencionalizadas de utilização de recursos organizacionais que se encontram à disposição dos grupos sociais em um determinado período histórico, escolhidos de acordo com os propósitos de ação. Entre as técnicas mais recorrentes ao longo do tempo estão: as marchas, a ocupação temporária de edifícios, greves, publicização de manifestos, entre outras.

No entanto, a escolha entre um leque ainda que limitado de ações rotinizadas de um repertório não é algo trivial. Por isso, a lógica da TPP faz uso de outro importante instrumental analítico, que é o conceito de “quadros interpretativos” (*frame*), que são produzidos com a função de reduzir a complexidade social sobre a qual ocorre uma interação contenciosa, em busca de um “consenso para a mobilização”. Nesse processo, são enfatizados detalhes valorativos e visões de mundo particulares que vão permitir tanto a aglutinação humana em torno de uma causa quanto a definição de estratégias mais convenientes (BRANDÃO, 2011). Portanto, um determinado quadro interpretativo é um elemento de cultura política produzido para dar sentido às atividades de mobilização coletiva.

Outra teoria a ser listada é conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). A base empírica de seus principais teóricos (TOURAINÉ, 1985; MELUCCI, 1988, 2001) foram as grandes mobilizações que surgiram a partir dos anos 1960 em diferentes partes do mundo, trazendo outros elementos para a discussão, com a emergência de um conjunto heterogêneo de agrupamentos coletivos que direcionam suas mobilizações para além das contradições existentes no mundo do trabalho. Por isso a adoção do adjetivo “novo”, que surgiu na esteira da perda de influência do sindicalismo a nível mundial, sobretudo após a emergência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva a partir dos anos 1980.

Para Evers (1984), algumas características identificadas como mais comuns em seus coletivos organizacionais são: número relativamente baixo de participantes; estruturas não burocráticas e até informais; formas coletivas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre liderança e demais participantes; etc. Sob essa lógica seus atores não se definem com base em identidades profissionais, mas sim por uma ampla gama de identidades que transcendem o conceito de classe (raça, etnia, gênero, religião, etc.). Os ideais de ação coletiva também são diversificados.

Sob a ótica da TNMS, as teorias anteriores falhavam em não explicar os fatores que determinam a mediação entre os comportamentos individuais e as ações concretas dos movimentos sociais. Segundo Melucci (1988), a ação coletiva é construída através dos processos de interação comunicativa (“redes de

relacionamento”), que produzem entre os atores alguns padrões de significados (percepções e avaliações) que passam a ser compartilhados e que, consequentemente, constroem a motivação e os objetivos de ação coletiva (próximo da noção de quadros interpretativos da TPP). Em outras palavras, os indivíduos, em suas práticas e relações sociais, se interagem, negociam e se influenciam mutuamente, gerando uma “identidade coletiva”, isto é, uma “percepção interativa e negociada das oportunidades e vínculos”, tornando menos oneroso o envolvimento dos atores (PICOLOTTO, 2008, p.80).

Entretanto, uma das críticas recorrentes às análises da TNMS é que seus teóricos se prenderam muito a realidades sociais de classe média, típicas do contexto europeu. Por seu enquadramento, seria difícil analisar, por exemplo, a movimentação de trabalhadores mineiros na África do Sul, ou a ação de indígenas e trabalhadores rurais que sofrem contínua violência dos grandes latifundiários no Brasil. Ou seja, aceitar um argumento de que as contradições na relação capital-trabalho é algo cujo sentido tenha perdido espaço enquanto fenômeno social encobre muitas relações de conflito e mobilização coletiva em países de “capitalismo periférico”, pelo fato de não haver espaço teórico adequado para definir suas motivações e práticas de resistência.

Dada essa lacuna, alguns autores buscaram desenvolver recentemente novos arcabouços teórico-conceituais para abranger processos geograficamente localizados, para além das experiências europeias ou norte-americanas, por entenderem que eles carregam em si uma carga particular de fatores sociais que desafiam os quadros teóricos canônicos utilizados até então. Nessa perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2002, 2007) elaborou um arcabouço analítico voltado aos fenômenos de mobilização social a partir das realidades dos países periféricos, o qual denominou de “sociologia das ausências e sociologia das emergências” (SA&SE). Trata-se de um programa de pesquisa que busca encontrar as bases, os desafios e as possibilidades dos projetos de emancipação social sob diferentes contextos de exclusão e exploração.

O pensamento de Santos se contrapõe à tendência homogeneizante da “monocultura do saber científico”, sobretudo com a ascensão hegemônica do ‘Consenso de Washington’ e do neoliberalismo nos anos 1990, que desqualifica outros conhecimentos e produz o que ele chamou de “epistemicídio”, isto é, “a morte de conhecimentos alternativos” como forma de fortalecer o discurso de que não há alternativas (SANTOS, B., 2007, p.29). Segundo o autor, isso ocorre porque as ciências humanas do fim do século XX estão aprisionadas em uma “razão metonímica”, onde o conceito de totalidade é reduzido à análise de partes, tomadas como homogêneas, de modo que nada do que fica fora dessa totalidade

interessa. Nesse entendimento, os conhecimentos gerados são tratados como universais, válidos independentemente do contexto no qual ocorrem. Por isso ela é, em si, uma razão opressora, pois comprime a realidade social em um único modelo possível de expressão da racionalidade, obscurecendo toda uma gama de manifestações sociais (noção de ‘diversidade epistemológica’) que se estruturam em torno de outras lógicas, não necessariamente excludentes.

Sob essa ótica, a proposta da SA&SE é desenvolver um instrumental teórico que possibilite a emergência dessas experiências para fins analíticos, a partir da produção de uma nova racionalidade sobre as lutas, experiências e saberes das mobilizações populares, em contraposição ao conjunto de pressuposições hegemônicas nas ciências sociais. Para isso, ela parte dos seguintes princípios: *i)* ‘ecologia dos saberes’: abre espaço para uma interação dialógica entre saberes científico e o saber popular; *ii)* ‘ecologia das temporalidades’: leva em conta o papel do tempo histórico na determinação dos diferentes processos sociais; *iii)* ‘ecologia do reconhecimento’: desconsidera a hierarquização entre fenômenos sociais e a produção de não-existência; *iv)* ‘ecologia da transescala’: permite uma análise articulada de projetos entre contextos distintos de ação – escalas local, nacional e global; e *v)* ‘ecologia das produtividades’: valoriza a existência de sistemas alternativos de produção, para além da noção hegemônica de produtividade capitalista.

O conjunto dessas ecologias coloca o investigador defronte a uma realidade mais diversa e caótica que aquela desenhada pelos cânones contemporâneos das ciências sociais. Por isso, os movimentos sociais, organizados em diferentes quadros interpretativos e identidades coletivas, necessitam criar uma relação de inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade, que são as estratégias de “tradução” (SANTOS, B., 2007). Os fóruns, os encontros e as redes de movimentos sociais podem ser considerados instrumentos disponíveis para a realização desse trabalho de tradução interorganizacional, pois propiciam “zonas de contatos” onde grupos sociais distintos podem se interagir e confrontar visões de mundo em busca de consensos e convergências possíveis.

Dessa forma, a SA&SE pode ser apreendida não como um instrumental analítico fechado em si mesmo, e sim como uma abordagem que permite a interação com outros conceitos e técnicas de investigação, mas sem desconsiderar o valor de experiências não-hegemônicas de formações coletivas e sem tentar enquadrá-las em uma lógica racional universalizante.

As seções seguintes buscam promover essa interação conceitual e analítica para problematizar o surgimento da economia solidária enquanto paradigma mobilizatório no Brasil, que ganhou materialidade com a junção de diversas ban-

deiras de lutas e agrupamentos sociais cujo elemento identitário comum é o fato de serem formados por uma “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1999).

Emergência do paradigma da Economia solidária no Brasil

A história brasileira é repleta de momentos marcados por mobilizações populares que atravessaram os períodos colonial e imperial, chegando até a experiência republicana no final do século XIX. Nessa trajetória, é possível identificar uma evolução considerável na capacidade de organização popular em diversos setores da sociedade, sob projetos políticos e bandeiras de luta particulares.

A reação do poder estatal sobre esses processos mobilizatórios também foi bastante diversa ao longo do tempo. Em um capítulo mais recente da história política do país, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de forte repressão ao associativismo civil, onde o movimento sindical passou a ser altamente controlado, os partidos políticos e outras entidades representativas foram extintas. No final dos anos 1970, algumas formas de organização coletiva de setores populares voltam a ganhar notoriedade, com o apoio de grupos progressistas da igreja Católica (sob o movimento da Teologia da Libertação) e de intelectuais de diversas matrizes de pensamento. Trata-se da emergência de novos sujeitos coletivos no cenário da participação política – ainda que restrita – no Brasil, com abordagens de mobilização e estratégias de atuação diferenciadas.

As mobilizações surgidas nesse contexto partiam de grupos que se aglutinavam em torno da luta por direitos sociais, civis e políticos, e chegaram inclusive a manter laços de uma incipiente unidade nacional, com base em relações descentralizadas e não institucionalizadas, constituindo novas “formas de articulação inter-organizacionais” (SCHERER-WARREN, 2006). Tais articulações recebem diferentes denominações na literatura, tais como “redes movimentalistas” (DOIMO, 1995) ou “redes de mobilizações civis” (GOHN, 2013). Suas bandeiras de luta envolviam questões relevantes do cotidiano da classe trabalhadora, tais como moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, entre outros, expressando ‘matrizes discursivas’ comprometidas com novos projetos de ruptura a partir de significados diversos (SADER, 1988; BRANDÃO, 2011).

Também nesse contexto, houve ampla repercussão sobre as greves e mobilizações orquestradas por sindicatos de trabalhadores metalúrgicos da região do ABC Paulista, movimento este denominado de “novo sindicalismo”, por se contrapor ao modelo de subjugação da estrutura sindical ao aparato estatal que havia se intensificado com o controle dos militares. Consequentemente, no início dos anos 1980, foram criadas federações sindicais que passaram a ter desde então

uma forte influência também na dinâmica político-eleitoral brasileira, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MATTOS, 2009).

É possível destacar ainda várias experiências organizativas como expressões da luta social dessa época e que deram origem a um período de ascensão das lutas populares no Brasil, como a luta dos estudantes para a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Sanitarista (fundamental na construção de um sistema público e gratuito de saúde no país), o (re)surgimento de grandes organizações de trabalhadores a nível nacional no meio rural, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento das Diretas Já, entre outros exemplos marcados na história social e na construção da cidadania no Brasil (GOHN, 1997).

A convocação de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte e, conseqüentemente, a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram os marcos de um novo momento de inflexão para os movimentos sociais em todo o país. A organização coletiva voltou a ser livre no país, e a participação política permitida através de diversos mecanismos para além do voto (SILVA, S., 2017b; AVELINO; FONSECA, 2018). Os direitos sociais conquistados até então foram mantidos, e novos direitos foram consagrados pela carta magna. No entanto, muitos avanços pretendidos pelos setores populares não se efetivaram, como no caso da reforma agrária, sobretudo em função de setores conservadores que também se organizaram coletivamente para fazerem valer seus interesses (BOLETIM POLÍTICAS SOCIAIS, 2008).

Já sob o regime democrático, os anos 1990 vieram com outros desafios, sobretudo no campo do trabalho. O início de um processo de liberalização da economia, com abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações, forçou o setor produtivo nacional a uma ampla reestruturação. O resultado foi uma grave crise do trabalho, impulsionada pelo baixo crescimento econômico no período, com crescimento do desemprego e da informalidade da força de trabalho. Por sua vez, a queda na participação da indústria no mercado de trabalho levou a uma diminuição significativa das bases sindicais (POCHMANN; BORGES, 2002; CARDOSO, 2003; OLIVEIRA; SILVA, 2018).

Todo esse conjunto de transformações implicou profundas alterações nos padrões de relação entre Estado e sociedade civil, cujos laços de interação tornaram-se mais complexos. Dessa forma, pode-se dizer que o ambiente de redemocratização abriu espaço para uma multiplicidade de estratégias de ação aos movimentos sociais (não mais restrita à ação direta ou disruptiva como nas décadas anteriores), para expressarem suas reivindicações e propostas junto ao

poder público no intuito de influenciar a definição da agenda política. A mediação dessa relação também passou a se dar sob diferentes mecanismos de conexão.

Na prática, os movimentos sociais passaram a combinar a atuação no interior da sua organização (reuniões, assembleias, encontros e congressos) com a participação em instituições deliberativas do Estado (conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, comissões e comitês temáticos, etc.), além da participação em seminários e fóruns de outros movimentos e entidades da sociedade civil (SILVA, S., 2017b). Com isso, ampliaram-se e diversificaram-se seus repertórios de ação coletiva. Sindicatos, associações civis, ONGs e outras organizações passaram a se agrupar para definirem suas estratégias em rede, transcendendo fronteiras territoriais, a depender das razões e dos propósitos específicos em cada situação.

Nesse cenário de transformações estruturais, começou a ganhar forma, tanto como campo de práticas sociais quanto de bandeira de mobilização coletiva, o conceito de “economia solidária”, que em pouco tempo ganhou status de um novo paradigma de análise do universo do trabalho (SILVA, 2017c). De modo geral, a economia solidária carrega consigo uma diversidade de manifestações sociais no campo da ação coletiva para o trabalho e outras dimensões da vida social e comunitária, ancorado na luta por melhores condições de vida de amplos setores populares. Seu apego por parte de outros movimentos sociais tradicionais se dá pela perspectiva de incentivar o trabalho associativo para fazer frente ao fenômeno destrutivo do desemprego, mas também para o planejamento de novos projetos de desenvolvimento local, sob novas diretrizes de cooperação e compartilhamento de saberes e práticas econômicas vinculadas a identidades sociais específicas (SINGER, 2000; MELLO, 2006; SILVA, S., 2018). Sendo assim, o movimento de economia solidária não pode ser considerado unívoco, uma vez que integra uma pluralidade de práticas e de atores sociais organizados sob os mais distintos propósitos de ação.

Portanto, a formação de “redes movimentalistas” no campo da economia solidária circunscreve-se a um rol específico de representações e de relações sociais que emergem das contradições do capitalismo latinoamericano. A aglutinação social em torno desse “quadro interpretativo” e a “tradução” intercultural entre as distintas identidades coletivas contra-hegemônicas que vieram a compor esse movimento a partir do início dos anos 2000 desenvolveram-se com base em um amplo “repertório” de ações conflitivas e dinâmicas organizacionais, levando em conta uma “estrutura de oportunidades políticas” particular, mas que também passou por mudanças. O desencadeamento causal desse processo é justamente o tema discutido na sequência.

Trajetória de construção do movimento de Economia solidária

Esta seção aborda a trajetória de formação do movimento de economia solidária no Brasil, tendo como principal referência os processos de construção socio-política das Plenárias Nacionais, ocorridas entre os anos de 2002 e 2012. Esses encontros – espaços de proposições, embates e compartilhamentos de ideias – propiciaram a elaboração de uma pauta unificada quanto a demandas e projetos desses atores envolvidos, sem desconsiderar o diálogo com o poder público. Para tanto, a seção está dividida em três fases, conforme discutido a seguir.

1ª Fase: origem e formação organizacional

O novo século iniciou-se na esteira de uma diversidade de lutas sociais em todo o mundo contra os impactos sociais adversos atribuídos, ou ao menos acentuados, pelo processo de globalização e pelo aprofundamento do ideário neoliberal. Uma das respostas coletivas mais significativas contra esse processo foi a realização do I FSM, em 2001, em Porto Alegre (RS), com a participação de 16 mil pessoas de 117 países. Segundo Boaventura de Souza Santos (2002), esse evento teve uma grande importância histórica por aglutinar uma constelação de coletivos sociais bastante díspares culturalmente, unidos por um processo de tradução intercultural que evidenciou pontos comuns em suas demandas reivindicatórias.

É possível considerar o I FSM também como o marco histórico decisivo na formação identitária do movimento de economia solidária no Brasil, pois possibilitou a interação de atores organizacionais de todo o país envolvidos com diferentes práticas no campo do trabalho coletivo. E sua programação, destaca-se a realização de uma oficina cujo título foi “Economia Popular Solidária e Autogestão”. Nela participaram aproximadamente 1.500 pessoas, com o indicativo final de organização nacional do movimento, assim como articulá-lo com experiências internacionais (NAGEM; JESUS, 2013). Vale lembrar ainda que o I FSM abrigou o lançamento da Rede Global de Socioeconomia Solidária, que pode ser considerada a primeira articulação internacional do campo da economia solidária (SANTOS, A. M., 2014).

Como consequência dessa articulação inicial, foi constituído um grupo de trabalho, o GT Brasileiro de Economia Solidária, formado àquela altura por 12 entidades e redes nacionais de fomento que participaram em diferentes momentos (NAGEM; JESUS, 2013). De acordo com relatos documentados pelo próprio movimento:

O grupo de trabalho brasileiro tinha na sua origem o objetivo principal de aglutinar as entidades com atuação nacional, que trabalhassem com a temática da economia solidária. Depois do I FSM, resolvemos nos reunir para, primeiro, incorporar integrantes e instituições, reconhecendo e valorizando as diferenças das naturezas institucionais, das estruturas e das formas de atuação dessas várias organizações que representam o campo da economia solidária no Brasil. [...] O objetivo original desse grupo de trabalho era garantir junto ao conjunto de organizadores do Fórum que o movimento e as experiências de economia solidária fossem reconhecidas como contribuições para o outro mundo possível. [...] O outro, era garantir que em cada edição do Fórum Social Mundial, a proposição e organização de um conjunto de redes internacionais dessa temática nos conteúdos dos painéis e mais uma série de eventos. (FBES, 2002, p.18).

Três questões merecem destaque especial sobre esse processo. A primeira delas diz respeito ao fato de que a criação do GT não ocorreu a partir da mobilização dos próprios trabalhadores integrantes dos empreendimentos solidários (cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas, etc.), mas sim a partir de suas entidades de apoio e assessoramento. Isso permite inferir, por um lado, a grande influência nesse contexto de organizações dessa natureza e, por outro, a baixa capacidade de articulação e protagonismo dos empreendimentos solidários àquela época. A segunda questão diz respeito à articulação de organizações de distintas naturezas em torno do GT, perpassando desde aquelas ligadas à Igreja Católica, até o meio acadêmico, terceiro setor, movimentos sociais e sindical, etc. Por fim, ressalta-se a presença no GT de gestores públicos, sobretudo através da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, o que pode ser considerado um fator inovador na formação desse movimento (NAGEM; JESUS, 2013).

Iniciavam-se, assim, as ações de um coletivo nacional cuja responsabilidade foi promover a mobilização entre os atores envolvidos e elaborar estratégias de organização social a partir de uma identidade minimamente consensual em torno de princípios da economia solidária. A forma de levar à frente esse objetivo foi por meio de plenárias (estaduais e nacionais), que propiciassem a “zona de contato” necessária para o processo de tradução intercultural. A partir delas, foi possível fomentar o debate em torno da construção de uma instância nacional de articulação.

No contexto político mais amplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições nacionais em 2002, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República. Com isso, surgiu uma nova janela de oportunidades políticas no horizonte, dada a abertura que o partido já havia dado a políticas de apoio à economia solidária em suas gestões municipais e estaduais anteriores (SILVA, S., 2010), além da estreita relação entre militantes do movimento e setores do partido. O fato mobilizou o GT para discutir uma estratégia de incidência junto ao novo presidente eleito, o que resultou em uma proposta para a criação de um espaço institucional dentro do novo governo federal para atender as demandas da economia solidária (SILVA, S.; NAGEM, 2011).

Esse processo desencadeou ainda em 2002 a realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária (I PNES), na cidade de São Paulo, reunindo aproximadamente 200 pessoas. A essa época, alguns Fóruns Estaduais de Economia Solidária já existiam e se reuniam com certa periodicidade, como nos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. A proposta de criação de um fórum nacional nasceu a partir desse encontro. Da mesma forma, iniciou-se a elaboração de diretrizes e propostas que aglutinassem o campo da economia solidária, isto é, uma “Plataforma de Ação” e uma “Carta de Princípios”.

Além desses elementos, os participantes da I PNES aprovaram e encaminharam uma carta ao presidente recém-eleito, intitulada “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, com as principais diretrizes e reivindicações do setor. Entre elas, constava a criação de uma secretaria nacional para operacionalizar o repertório de políticas propostas pelo próprio movimento, além de servir como órgão responsável para o fortalecimento da temática junto a outras instâncias de governo.

Em 2003 as mobilizações se intensificaram. Logo em janeiro, ocorreu mais uma edição do Fórum Social Mundial (II FSM) em Porto Alegre. As organizações do movimento aproveitaram esse momento político favorável para avançarem em sua mobilização. Primeiramente, foi realizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária (II PNES), durante o II FSM, com a presença de aproximadamente 800 pessoas, onde foi apresentado o documento “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. A ideia de se criar uma entidade nacional amadureceu internamente e, pela primeira vez, foi construída uma agenda nacional, envolvendo uma estratégia de discussão pelos estados.

Essa nova rodada de mobilizações fortaleceu a pauta do movimento junto a setores do novo governo. Com isso, durante o II FSM, o próprio presidente Lula anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes),

ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O economista Paul Singer foi escolhido para exercer o cargo de secretário, conforme sugestão do próprio movimento (NAGEM; JESUS, 2013).

Importante frisar que, nesse contexto, as reivindicações estavam voltadas sobremaneira para sua inserção na agenda governamental, no formato de políticas públicas que viessem a atender as iniciativas desse campo. A criação da Senaes favoreceu ainda mais esse processo, ampliando os canais de interação com o poder público.

Na II PNES, o GT foi novamente legitimado como mobilizador dos debates rumo à realização de uma nova plenária nacional. Os encontros preparatórios aconteceram no primeiro semestre de 2003, em 18 estados, na forma de Plenárias Estaduais. De acordo com as orientações da carta convocatória, os participantes deveriam debater três pontos principais: *i*) a identidade do movimento da economia solidária e o papel de uma entidade nacional como catalizadora dessa identidade; *ii*) a composição da entidade nacional (coordenação nacional e representações estaduais); e *iii*) sua relação com o setor governamental. As dinâmicas previam a eleição de delegados para representar as posições discutidas pela base estadual articulada (ou em processo de articulação) no encontro nacional (SILVA, S.; CUNHA; SILVA, R., 2018).

Em junho de 2003 ocorreu a III Plenária Brasileira de Economia Solidária (III PNES), novamente em São Paulo, com a participação de aproximadamente 900 pessoas. Nesse evento oficializou-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a tarefa de articular as bases sociais do movimento. De acordo com o relatório final da plenária:

O Fórum deve ser um espaço autônomo de debate acerca do que é economia solidária, de construção de uma política de economia solidária suprapartidária; constituir-se, enquanto espaço de construção de consensos, respeito às diferenças, de articulação política, de estabelecimento de estratégias de ação, sobre a égide dos princípios da economia solidária; espaço democrático, com participação de todos os segmentos, enfatizando o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária; deverá realizar o debate sobre o significado dos conceitos de economia solidária e economia popular; criar uma forma jurídica para nortear leis próprias para a economia solidária; ser um canal de interlocução entre os poderes constitutivos e os outros atores da sociedade; ser mobilizador para a construção de redes de economia solidária; ser um instrumento propositivo, consultivo, deliberativo, horizontal e transparente; constituir-

-se em espaço de valorização do saber local, de formação transversal, no sentido de garantir as identidades minoritárias relativas a gênero, etnia, idade, jovens e idosos e pessoas com deficiência; constituir-se em espaços de construção de um novo modelo de colaboração solidária junto ao poder público. (FBES, 2003, p.5).

A III PNES também resultou na aprovação da “Carta de Princípios do FBES”, na qual foram afirmados os valores, identidade de luta e eixos de mobilização. Mesmo com a diversidade de origem e de dinâmica cultural, a carta apresentou eixos gerais de convergências quanto a valores e princípios do movimento, tais como: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2012a).

Para responder a essas expectativas, a estratégia traçada foi o fortalecimento dos fóruns já existentes e o fomento de outros, a partir de um processo de formação de quadros. Com isso, pretendia-se dar maior capilaridade a esse debate, aumentando o grau de articulação e de parcerias nos espaços subnacionais. Ficou definido ainda que a composição do FBES se daria a partir de três segmentos: *i*) empreendimentos econômicos solidários; *ii*) gestores públicos; e *iii*) entidades de assessoria e fomento. Os empreendimentos, por serem considerados os atores fundamentais, teriam maior representatividade nas instâncias organizacionais.

Deliberou-se pela criação de uma Coordenação Nacional, constituída por três representações de cada estado (dois representantes de empreendimentos, um representante dos gestores públicos ou entidade de assessoria), além das organizações que integravam o GT, totalizando 97 integrantes. Foi aprovada, também, a criação de uma Secretaria Executiva, de caráter provisório, que trabalharia até a primeira reunião da Coordenação Nacional do FBES.

Portanto, esta primeira fase resultou na formação de dois espaços distintos de atuação dos atores do campo da economia solidária no Brasil: *i*) o FBES, como instância central de mobilização social em torno da temática; e *ii*) a Senaes, como lócus formal de operacionalização de políticas públicas e articulação institucional. Apesar da Senaes ter surgido em função da própria reivindicação dos atores sociais que vieram a compor o FBES, a relação entre esses dois espaços foi marcada tanto por momentos de aproximações quanto de distanciamentos,

refletindo na prática a relação sempre complexa entre sociedade civil e Estado (SANTOS, A. M., 2014).

2ª Fase: consolidação organizacional

Com a criação do FBES em 2003, somente após cinco anos ocorreria uma nova Plenária Nacional. Porém, o movimento de economia solidária permaneceu bastante ativo ao longo desse período. Em termos organizativos, a Coordenação Nacional deliberou pela criação de uma Coordenação Executiva, a ser composta por 13 integrantes (sete representantes de empreendimentos, cinco de entidades de apoio e um da Rede de Gestores). Sua função foi acompanhar de forma sistemática as demandas cotidianas do FBES. Também foi criada, de modo permanente, uma Secretaria Executiva (com três integrantes), com sede em Brasília. Houve um avanço em termos da capilaridade do FBES no território nacional. De cinco fóruns estaduais existentes em 2002, passou-se para dezessete em 2003, e a partir de 2006 já havia registros em todas as unidades federativas.

A relação entre Senaes e FBES também foi bastante intensa durante os primeiros anos, sobretudo ao longo da primeira gestão do presidente Lula (2003 a 2006). Uma forma encontrada de dar maior dinamicidade a essa relação foi por meio da criação de Grupos de Trabalho subtemáticos, que ficariam conhecidos como “GTs Senaes/FBES”. Foram criados oito GTs, que funcionaram até 2006 (com dinâmicas de funcionamento distintas), quando perderam importância após a criação do Conselho Nacional.

Uma ação importante para o surgimento dessa parceira e que ajudou na criação e mobilização dos fóruns estaduais foi o lançamento do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, entre 2005 e 2008. Esse programa foi realizado em parceria entre a Senaes, que apoiou com recursos, logística e orientações operacionais, e o FBES, que mobilizava uma rede de atores nos estados, sobretudo via os fóruns estaduais. As feiras estaduais eram eventos com o intuito de não apenas proporcionar a exposição e comercialização dos produtos feitos pelos empreendimentos de cada estado, mas também realizar atividades de formação e articulação entre trabalhadores, assessores e gestores públicos envolvidos com a temática (SANTOS, A. B.; AMORIM, 2017).

Durante esse período, cabe destacar ainda a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Este evento ocorreu em 2004, em Brasília, organizado pela Senaes em parceria com o FBES, mas com forte protagonismo por parte dos representantes dos próprios empreendimentos. Nele foi ressaltado o papel do FBES enquanto espaço político que conjuga o

setor popular com o poder público e entidades da sociedade civil, consolidando um movimento de diferentes categorias (SANTOS, A. M., 2014).

Paralelamente, no campo da institucionalização de políticas públicas, o diálogo foi intensificado com a Senaes para a construção conjunta de uma proposta para o Planejamento Plurianual de Ações (PPA) 2004-2007 do governo federal. Vários programas considerados pelo movimento como essenciais ao projeto de economia solidária surgiram desse planejamento, como o caso do Mapeamento Nacional de Empreendimentos, ocorrido entre 2005 e 2007 (SILVA; NAGEM, 2012). O protagonismo do FBES diante dessa parceria com o aparato estatal foi motivado basicamente por razões político-ideológicas e pragmáticas (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006), que permitiram certo equilíbrio nessa relação de complementaridade institucional.

O FBES também assumiu papel importante como parceiro na organização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), que ocorreu em Brasília, em 2006, com a participação de 1.073 delegados de todos os estados do país (BERTUCCI, 2010). A I CONAES veio no contexto de fortalecimento das instituições participativas e abertura de novos canais de participação social – denominadas por Sandra Pereira Silva (2017b) como “instituições de deliberação participativa” (IDPs) – nos processos decisórios e no acompanhamento de políticas públicas nacionais. Sua importância naquele momento diz respeito tanto ao reconhecimento da economia solidária enquanto uma “marca política” transversal na estrutura de governo, uma vez que contou com representantes de vários ministérios e órgãos governamentais, como na consolidação de um documento político com as principais reivindicações do movimento no intuito de pautar o ‘lugar’ da economia solidária na agenda do próximo governo federal, a iniciar no ano seguinte. Um de seus desdobramentos mais importantes foi a posse do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), instância permanente que agregaria representantes de diferentes órgãos governamentais e da sociedade civil com a incumbência de debater e planejar os rumos das ações de governo no campo da economia solidária (ALENCAR; SILVA, 2013).

Durante esse período foram tecidas também articulações internacionais, como a Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS). O FBES passou a participar e organizar discussões e intercâmbios, constituindo-se, gradativamente, como referência na América Latina. O movimento seguiu participando ativamente das demais edições do FSM, inclusive coordenando uma série de atividades e se articulando junto a redes internacionais que já assumiam a temática da economia solidária como bandeira de luta. No V FSM, em 2005, o FBES foi “desafiado” a gerenciar, via empreendimentos

autogestionários, “o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente (contra os produtos nocivos das transnacionais), e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais”. Todas as bolsas distribuídas aos participantes do V FSM foram confeccionadas por trabalhadores da economia solidária no Brasil, o que impulsionou a criação de um sistema organizado em torno da cadeia do algodão orgânico, com a marca “Justa Trama” (MELLO, 2006, p.107).

A partir de 2006, iniciou-se o processo de mobilização rumo a IV Plenária Nacional de Economia Solidária (IV PNEs), com o tema “Outra economia construindo outros desenvolvimentos”. O objetivo desse evento foi a reestruturação do FBES, inclusive com a definição das estratégias prioritárias de ação para o triênio 2009/2011. Sua preparação compreendeu quatro etapas durante quase dois anos. Na primeira foram realizados encontros estaduais e regionais, denominados “Por um novo modelo de organização da Economia Solidária”, em que foi discutida a natureza e a estrutura do FBES. Na segunda ocorreu a sistematização dos resultados desses encontros, destacando-se a estrutura e os eixos a serem debatidos e encaminhados na IV PNEs. A terceira consistiu na realização das “Caravanas Rumo a IV Plenária”, com cinco Seminários Regionais, aprofundando-se questões levantadas nos encontros anteriores. Por fim, na quarta etapa ocorreram as Plenárias Estaduais, balizadas pelo “Documento de Aprofundamento aos Debates”, que compilava os eixos e questões para o FBES (SANTOS, A. M., 2014).

A partir desses debates foi organizado o documento-base da IV PNEs, que ocorreu em março de 2008, em Luizíania (GO), e reuniu aproximadamente 400 pessoas. Dentre os diversos pontos de discussão, ressalta-se a questão da definição da natureza organizacional do FBES frente ao movimento de economia solidária. Por fim, foi deliberado que o FBES seria considerado um *instrumento e espaço de articulação* para o conjunto de atores envolvidos na temática da economia solidária (FBES, 2008). Este debate retornaria posteriormente em 2012, na plenária seguinte.

Em termos estratégicos, foi decidido que, primeiramente, caberia ao FBES, a fim de cumprir sua função, a representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária, bem como no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando as redes de conexão e se inserindo no conjunto das lutas e reivindicações sociais. Segundo, ressaltou-se a necessidade de atuar no apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária, a partir de suas bases.

Houve ainda a definição de uma série de diretrizes para o reconhecimento de um empreendimento de economia solidária. Os critérios elencados, mais do que diferenciá-los com relação a outras iniciativas econômicas, surgiram como ideais a serem internalizados pelos próprios empreendimentos, ou seja, compor seus quadros interpretativos (FBES, 2008).

Sobre a estrutura e o funcionamento do FBES, manteve-se os três segmentos de representação (empreendimentos associativos, entidades de assessoria e gestores públicos), assim como as instâncias constituintes, no caso os fóruns estaduais e municipais. Além disso, foram definidas sete plataformas de ação que passaram a balizar suas estratégias mobilizatórias: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e organização social.

As relações com outros atores da sociedade civil, cuja prática convergia com o paradigma da economia solidária, tornaram-se prioridade, assim como articulações internacionais, fundamentalmente na América Latina. Outra preocupação foi a busca por sustentabilidade dos fóruns, por meio de estratégias de autofinanciamento, captação de recursos públicos e cooperação internacional.

Ainda nesse encontro foi definido que a Plenária Nacional seria a instância máxima de deliberação do FBES, onde se aprovariam as diretrizes de orientação para a Coordenação Executiva e a Coordenação Nacional, que manteria a sistemática de duas reuniões anuais. Também foram estipulados, pela primeira vez, critérios para a participação das entidades e redes nacionais na estrutura do FBES, sendo consideradas aquelas com presença nos estados, regiões e municípios, com capilaridade em diferentes territórios. Nesse caso, para que uma entidade integrasse a Coordenação Nacional teria que, obrigatoriamente, estar atuando em pelo menos sete fóruns estaduais (FBES, 2008).

A maior polêmica quanto a esse ponto era de que parte das entidades ligadas historicamente ao GT Brasileiro de Economia Solidária não possuíam uma atuação nos fóruns estaduais. Assim, reduziu-se drasticamente o número de entidades na estrutura do FBES, de dezesseis para cinco. Os gestores públicos passaram a integrar a Coordenação Nacional do FBES com dois representantes de cada uma das cinco regiões, devendo ser indicados pela Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária.

Por fim, pode-se dizer que a IV PNEs possibilitou um amadurecimento organizacional do movimento de economia solidária no Brasil, em meio a um contexto de avanços institucionais que forçou o FBES e suas instâncias estaduais a terem um papel político cada vez mais estratégico frente às novas demandas e espaços de diálogos (SILVA, S., 2018). Pela própria natureza heterogênea do

movimento, o FBES também esteve presente em atividades e mobilizações de outras organizações sociais, em defesa de temas e questões diretamente correlatas, tais como segurança alimentar, agroecologia, direitos sociais, entre outros. Ressalta-se ainda a participação ativa do FBES na elaboração da II CONAES, que ocorreu em Brasília, em 2010 (SILVA, S.; CUNHA; SILVA, R., 2018).

Daí é possível perceber que a formação de uma identidade nacional do movimento de economia solidária transcendeu a um processo socioeconômico do cotidiano de trabalhadores e seus empreendimentos e experiências locais. Embora o trabalho siga como dimensão central na formação dessa identidade, o movimento se orienta também por temáticas sociais que ultrapassam o espaço restrito do trabalho, com base em suas estratégias de classe e lutas por cidadania e dignidade, aglutinando, por exemplo, questões raciais e de gênero, que são características tanto dos “novos” movimentos sociais como da “tradução intercultural” proposta pela SA&SE.

3ª Fase: novos desafios organizacionais

Em 2011, logo no primeiro ano de governo da presidenta Dilma Roussef, houve uma primeira tensão que levou a uma nova mobilização nacional, quando chegou ao Congresso o Projeto de Lei nº 865/2011, propondo a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, que incorporaria a Senaes. Isso contrariou boa parte das organizações ligadas ao FBES. Os fóruns estaduais organizaram audiências públicas para a discussão da proposta, entre maio e junho de 2011, e uma Audiência Pública Nacional, com a participação de 2.500 pessoas. Ao fim, o FBES encaminhou à presidência o “Documento de negociação do movimento de Economia Solidária com o governo federal sobre o PL 865”, repudiando a proposta (NAGEM; JESUS, 2013). O pedido foi atendido e a estrutura da Senaes manteve-se no Ministério do Trabalho.

Para manter o ímpeto e se posicionar frente aos novos desafios, a coordenação do FBES decidiu pela realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária (V PNES), em 2012, dez anos da realização da I PNES. Durante sua jornada de preparação, foram realizadas 191 plenárias territoriais (entre abril e agosto de 2012), 27 plenárias estaduais (entre julho e outubro), cinco plenárias regionais (abril e maio) e duas Plenárias Temáticas (cujos temas foram educação e finanças solidárias). Ao todo participaram cerca de dez mil pessoas (FBES, 2012a; SILVA, S.; CUNHA; SILVA, R., 2018).

Diferentemente das plenárias anteriores, as atividades preparatórias da V PNES contaram com a participação de organizações de distintas áreas de

atuação, com destaque para os movimentos feministas, sindical, da agricultura familiar e reforma agrária, catadores de material reciclável, indígenas, pescadores, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude e LGBT (FBES, 2012a). No intuito de construir agendas comuns de luta, ocorreu durante a plenária uma Mesa Temática “Movimentos Sociais no Brasil”.

A etapa final ocorreu em dezembro de 2012, com o tema “Bem-viver, cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e solidário”. Estiveram presentes cerca de 600 pessoas de todas as regiões do país (FBES, 2012b). Definiu-se por manter a natureza organizativa vigente do FBES, como um instrumento do movimento e espaço que articula diversos atores. No encerramento, houve um ato político com o lançamento da “Carta Política” da plenária, que reforçou os princípios do trabalho autogestionário e do ideal de desenvolvimento territorial sustentável e igualitário (com respeito à diversidade), vindos desde os primórdios do movimento cooperativista internacional. Pela Carta, é possível identificar elementos relevantes para a construção de quadros interpretativos orientadores da ação coletiva do movimento de economia solidária no Brasil:

Na nossa V Plenária afirmamos que a Economia Solidária é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas [...]. Mesmo com práticas isoladas, cada movimento vem fazendo a sua parte em prol de uma nova sociedade. Acreditamos que a convergência de nossas ações só poderá nos fortalecer na consolidação de uma economia que já acontece, mas é pouco reconhecida e apoiada pelo Estado. (FBES, 2012a, p.28).

O documento final do evento trouxe algumas inovações importantes, tanto em relação às plenárias anteriores quanto ao posicionamento do FBES na Conferência Nacional de Economia Solidária. Houve um maior detalhamento sobre diferentes temáticas, como cultura política, economia

popular, territorialidade e diversidade social que compõe o movimento social em defesa da economia solidária, enfatizando seu papel como uma nova diretriz de atuação do Estado no campo da geração de trabalho e renda (BOLETIM POLÍTICAS SOCIAIS, 2014).

Um momento de inflexão?

A V PNES ocorreu, portanto, em um momento de otimismo por parte do movimento de manutenção e até valorização da temática da economia solidária na agenda governamental, em que pese a relação de certa tensão que vinha ocorrendo com o comando da Senaes. Esse sentimento acompanhou também a III Conferência Nacional de Economia Solidária (III CONAES), em novembro de 2014, com forte protagonismo da sociedade civil (SILVA, R.; SILVA, S., 2014; SILVA, S.; SILVA, R., 2017). Também estava para ser encerrada a pesquisa do novo mapeamento nacional que apresentaria novos números sobre o universo da economia solidária no país, bastante aguardada pelas organizações (GAIGER, 2014; SILVA, S., 2017a). Porém, o que ninguém poderia prever à época é que o contexto de oportunidades políticas, que vinha sendo de certa maneira favorável desde a eleição do presidente Lula em 2002, pudesse se alterar de forma tão abrupta nos anos seguintes. O FBES passou a ter dificuldades financeiras para manter sua estrutura, sobretudo para a manutenção de sua sede física, o funcionamento de sua secretaria-executiva e as despesas de deslocamento dos participantes das reuniões da coordenação executiva.

As chamadas “jornadas de junho” de 2013, onde uma onda de protestos de massa sacudiu o país com uma pauta bastante difusa de contestações, desestabilizaram o poder político central e abriu brechas para novos arranjos e modificações na agenda governamental. A desestabilização atingiu também a economia, sobretudo a partir de 2014, o que comprometeu profundamente a capacidade do gasto público em programas sociais e estruturais. Ainda assim, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita no final de 2014, mas o cenário de instabilidade não melhorou. Ao contrário, aprofundou-se, culminando em recessão econômica, desestruturação do mercado de trabalho e, no plano político, o *impeachment* da presidenta no início de 2016, em um processo bastante conturbado.

Sem transpor a barreira da mera descrição desses fatos tão complexos, o importante é que mudanças abruptas na trajetória (macro)política do país afeta as estratégias de grupos e coalizões de interesse. Nesse momento, movimentos com menor estrutura de recursos tendem a ter pouca autonomia e capacidade de confrontação, o que pode levar a uma fragmentação (ainda que não defini-

tiva) de sua base social. Isto é, as redes internas que lhe compõe são obrigadas a gastar uma energia maior para defender os temas que lhes são mais diretamente relacionados, arrefecendo assim a capacidade mobilizatória em torno de temas mais difusos. Uma leitura rápida e ainda desprovida de um maior rigor parece mostrar que essa é uma narrativa possível para explicar, ao menos em parte, o que ocorreu com o movimento de economia solidária no Brasil em meio à crise recente.

Contudo, dois pontos podem ser destacados. Primeiramente, isso não deslegitima nem apaga todo o processo de mobilização social que deu materialidade ao paradigma da economia solidária enquanto elemento mobilizatório para uma pluralidade de organizações sociais. O aprendizado social proporcionado ao longo de toda essa trajetória, conforme sistematizado neste texto, demonstra que o movimento soube intercalar diferentes repertórios de ação coletiva e estratégias de interação com o poder público proporcionado à temática da economia solidária uma institucionalidade que não havia à época da I PNES em 2002. Avanços e refluxos são situações normais da própria dinâmica social, sobretudo quando se tem em vista um instrumento que envolve em torno de si uma miríade tão complexa de atores. Segundo, apesar da visível inflexão mobilizatória do movimento nacional de economia solidária, materializado na agenda e nos repertórios de ação do FBES, algumas de suas principais redes integrantes seguem suas agendas próprias de mobilização, em defesa dos princípios da economia solidária junto a grupos e projetos específicos. Entre os exemplos, pode-se citar a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário (Confesol), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), a Rede Brasileira de Incubadoras Universitárias de Cooperativas, entre outros agentes de atuação nacional. Ou seja, a base social que compõe o movimento brasileiro de economia solidária permanece em operação, se aliando em contextos particulares a outros movimentos na defesa de suas plataformas de luta.

Considerações finais

A economia solidária no Brasil, conforme debatido neste trabalho, se consolidou nos últimos anos como um *paradigma de mobilização social* que envolve diferentes reivindicações e projetos de grupos contra-hegemônicos na sociedade, unidos fundamentalmente pela defesa da prática da autogestão e da valorização do trabalho associativo. Trata-se, portanto, de um movimento social plural, composto por identidades distintas, conectadas em torno de princípios comuns

de organização econômica e reprodução ampliada da vida. A pesquisa permitiu identificar um repertório diversificado de rotinas de ação coletiva, e um padrão de interação com o poder público bem ativo, aproveitando-se de oportunidades políticas contextuais importantes, sobretudo com relação a governos permeáveis a essas ideias em suas agendas.

Por outro lado, foi possível também observar o quão complexo é o desafio de se manter uma estrutura organizacional a nível nacional, sobretudo nesse caso estudado, onde os elementos de ligação por parte de seus integrantes (empreendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos) são difusos, embora compartilhem de princípios comuns que orientam suas energias organizacionais. Por tais motivos, a reprodução de uma estrutura nacional dessa natureza exige constante reinvenção, criatividade e adensamento de parcerias comprometidas com seus valores coletivos.

Ademais, é preciso ressaltar que um movimento tão heterogêneo quanto o da economia solidária está sempre sujeito a fragmentações, redefinição de identidades internas, de ideais e propósitos de ação. Quando isso ocorre, os perfis dos seus integrantes e os padrões de parcerias e articulações externas se alteram, acarretando novos rumos e ressignificações. Os próprios projetos políticos podem ser alterados, ao menos enquanto tática móvel de ação, mesmo porque eles não podem ser considerados como peças estanques, impermeáveis a novas ideias e perspectivas. Essas alterações são determinadas no decorrer da própria trajetória de construção dos movimentos sociais, cuja dinâmica não apresenta tendências lineares de evolução, e são altamente dependentes (embora não condicionados por completo) de contextos históricos e arranjos institucionais específicos.

SOLIDARITY ECONOMY AND SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: FROM THE EMERGENCY OF A NEW MOBILIZATIONAL PARADIGM AT THE MOMENT OF POLITICAL INFLECTION

ABSTRACT: *The objective of this paper was to analyze how the process of formation of a national identity of the solidarity economy movement in Brazil was developed around a mobilizing paradigm in defense of associated work and economic relations not restricted to the mercantile sphere. In this sense, we sought to identify some of its main contextual particularities, such as: its multiplicity of subjects, its organizational strategies and its political interactions. It is a pluralistic social movement, composed of distinct identities, connected around common principles of economic organization and social reproduction. The research allowed to identify a repertoire with diversified routines of collective action, and*

a pattern of interaction with the public power very active, taking advantage of important contextual political opportunities, especially with respect to governments permeable to these ideas in their agendas.

KEYWORDS: *Solidarity economy. Social movements. Public policy. Repertoires of collective action. Sociology of absences and emergencies.*

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. L.; SILVA, S. P. Participação social em políticas públicas de economia solidária. **Boletim Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Brasília, n.54, p.93-100, 2013.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AVELINO, D. P.; FONSECA, I. F. CF 30 anos: soberania popular e participação social. *In:* CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **30 anos da Constituição federal brasileira:** notas de um obituário precoce (1988-2018). Brasília: Plataforma de Política Social, 2018. p.59-69.

BERTUCCI, J. O. A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES. **Boletim Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise, Brasília, n.43, p.49-57, 2010.

BOLETIM POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, v.22, 2014.

BOLETIM POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, v.17, 2008.

BRANDÃO, L. C. A literatura sobre movimentos sociais. **Revista BIB**, Rio de Janeiro, n.71, p.123-143, 2011.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v.2, n.4, p.11-23, 1984.

FRANÇA FILHO, G. *et al.* (org.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [FBES]. **Documento-base da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2012a.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [FBES]. **II Boletim Nacional da V Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2012b.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [FBES]. **Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [FBES]. **Relatório da III Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA [FBES]. **Ata da III Plenária Nacional de Economia Solidária**. Brasília: FBES, 2002.

GAIGER, L. I. **A economia solidária no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, R. S. **Economia solidária: de movimento social a objeto de políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. **International Social Movements Research**, [s. l.], v.1, p.329-348, 1988.

NAGEM, F. A.; JESUS, S. A. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n.54, p.83-92, 2013.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.75, p.131-147, 2014.

PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo, v.2, n.3, p.74-92, 2008.

OLIVEIRA, T.; SILVA, S. P. Regulação e dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. *In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). A Constituição golpeada: 1988-2018*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018. p.235-258.

POCHMANN, M.; BORGES, A. **Era FHC: a regressão do trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Aline Mendonça dos. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo, v.8, n.15, p.196-209, 2014.

SANTOS, Anderson Barcellos dos; AMORIM, Rizioneide Souza. A experiência da Rede Brasileira de Comercialização Solidária. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n.62, p.127-137, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.63, p.237-280, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.

SILVA, Sandro Pereira. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma**. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para discussão, n.2434).

SILVA, Sandro Pereira. **Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017a. (Texto para discussão, n.1945).

SILVA, Sandro Pereira. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: uma análise acerca da experiência brasileira**. Brasília: Ipea, 2017b. (Texto para discussão, n.2358).

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Brasília: Ipea, 2017c. (Texto para discussão, n.2361).

SILVA, Sandro Pereira. A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo. **Revista Otra Economia**, São Leopoldo, v.4, n.7, p.62-82, 2010.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista de Economia do Nordeste**, [s. l.], v.43, n.2, p.309-326, 2012.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n.1682).

SILVA, Sandro Pereira; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Regilane Fernandes da. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n.2360).

SILVA, Regilane Fernandes da; SILVA, Sandro Pereira. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL nº 4.685/2012. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n.58, p.92-100, 2014.

SILVA, Sandro Pereira; SILVA, Regilane Fernandes da. Da 3ª Conferência ao Plano Nacional de Economia Solidária: balanço geral do processo e perspectivas futuras. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, n.62, p.139-150, 2017.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-30.

TARROW, S. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Menlo Park: Addison-Wesley, 1978.

TOURAINÉ, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, New York, v.52, n.4, p.749-787, 1985.

Recebido em 28 de março de 2019

Aprovado em 30 de junho de 2019

